

Marcos teóricos em educação patrimonial: arquivos, museus, práticas e temporalidades

Luíza Angélica Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lisboa Pinto <https://orcid.org/0000-0002-6364-4669>
lisboa.luiza@gmail.com

Priscila Ribeiro Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Gomes <https://orcid.org/0000-0002-8036-5418>
priscila.gomes@unirio.br

Resumo Este artigo é parte dos estudos realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que tem como objetivo refletir sobre as ações educativas patrimoniais em arquivos, apresentando, por meio de uma revisão de literatura alguns marcos teóricos e suas respectivas temporalidades, com o intuito de problematizar a seguinte pergunta: como a educação patrimonial pode ajudar a aproximar Arquivos e Sociedade? Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico e documental, buscando historicizar o surgimento da educação patrimonial no Brasil, em especial, o pioneirismo da Museologia no país com o tema e sua contribuição para os arquivos, convidando os leitores a uma reflexão sobre a relevância das práticas de difusão, com destaque à educativa, no contexto das instituições arquivísticas. Considerando a importância e a profundidade do debate, este estudo apontou como resultado, a necessidade de diálogos sobre a temática da difusão, com enfoque nas metodologias das ações educativas patrimoniais, considerando o Arquivo um *lócus* para a efetivação dessas ações ampliando os aspectos relacionados à justiça social, democracia e cidadania.

Palavras-chave Arquivos. Educação patrimonial. Difusão. Ações educativas. Cidadania.

Theoretical frameworks in heritage education: archives, museum, practices and temporalities

Abstract This article is part of the studies carried out within the scope of the Postgraduate Program in Document Management and Archive, at the Federal University of the State of Rio de Janeiro, which aims to reflect on heritage educational actions in archives, presenting, through a literature review, some theoretical frameworks and their respective temporalities, to problematize the following question: how can heritage education help bring Archives and Society closer together? To this end, we carried out a bibliographic and documentary survey, seeking to historicize the emergence of heritage education in Brazil, in particular, the pioneering spirit of Museology in the country with the theme and its contribution to the archives, inviting readers to reflect on the relevance of dissemination practices, with emphasis on educational practices, in the context of archival institutions. Considering the importance and depth of the debate, this study pointed out, as a result, the need for dialogue on the topic of diffusion, focusing on the methodologies of heritage educational actions, considering the Archive as a locus for carrying out these actions expanding aspects related to social justice, democracy, and citizenship.

Keywords Archives. Heritage education. Diffusion. Educational actions. Citizenship.

Marcos teóricos en educación patrimonial: archivos, museo, prácticas y temporalidades

Resumen Este artículo forma parte de los estudios realizados en el ámbito del Programa de Postgrado en Gestión Documental y de Archivos, de la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro, que tiene como objetivo reflexionar sobre las acciones educativas patrimoniales en archivos, presentando, a través de una literatura Se revisan algunos marcos teóricos y sus respectivas temporalidades, con el objetivo de problematizar la siguiente pregunta: ¿cómo puede la educación patrimonial ayudar a acercar Archivo y Sociedad? Para ello, realizamos un levantamiento bibliográfico y documental, buscando historizar el surgimiento de la educación patrimonial en Brasil, em especial, el espíritu pionero de la Museología en el país con el tema y su contribución a los archivos, invitando a los lectores a reflexionar sobre la

relevancia de las prácticas de difusión, con énfasis en las prácticas educativas, en el contexto de las instituciones archivísticas. Considerando la importancia y profundidad del debate, este estudio señaló como resultado la necesidad de dialogar sobre el tema de la difusión, centrándose en las metodologías de las acciones educativas patrimoniales, considerando el Archivo como un locus para la realización de estas acciones, incorporando prácticas descoloniales, ampliando aspectos relacionados con la justicia social, la democracia y la ciudadanía. Resumen: traduzo o resumo para o espanhol.

Palabras clave Archivos. Educación patrimonial. Difusión. Acciones educativas. Ciudadanía.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 06/11/2023

Aprovado em 23/06/2024

Publicado em 01/07/2024

1 INTRODUÇÃO

Os séculos XVIII e XIX foram marcados por grandes mudanças franco-britânicas, em que ressaltamos a Revolução Francesa (1789-1799) e a primeira etapa da Revolução Industrial (1760-1860). Hobsbawn (2015, p. 11) considera este período a era das revoluções, uma vez que “constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado. Esta revolução transformou, e continua a transformar, o mundo inteiro”. Suas influências perpassam pela economia, direito, política liberal, política radical-democrática e nacionalismo, e foi neste contexto que a Instituição Arquivística Nacional e o Museu, como hoje identificamos, foram concebidos, inicialmente, na Europa. A relação destas instituições com a sociedade é o ponto de partida desta pesquisa que propõe compreender como a tríade arquivo, museu e educação confluem e podem colaborar para promover reflexões críticas e sensibilizar para as práticas de cidadania nas ações de educação em arquivo.

Estamos inseridos no tema arquivos e educação desde 2015, quando participamos do projeto de extensão “Ensinar e aprender nos/com arquivos: (re) vendo as práticas pedagógicas”, cadastrado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, onde atuamos no Instituto de Educação Superior do Rio de Janeiro (ISERJ), que possui o Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB). O CMEB reúne toda história do ISERJ, o qual é parte ativa da trajetória da educação nacional. Realizamos o trabalho junto aos estudantes de Pedagogia do Instituto sobre o uso da educação patrimonial como prática pedagógica e os usos possíveis do CMEB. Este projeto de extensão trouxe não só um despertar para uma nova oportunidade de atuação educativa, mas criou um sentido de pertencimento dos estudantes, levando-os a entenderem a importância da sua preservação e acesso (CARNEIRO; GOMES; PINTO, 2016).

Durante o projeto de extensão supracitado, um episódio, em especial, chamou atenção. Em uma das atividades junto aos estudantes de pedagogia do ISERJ perguntávamos sobre o acesso e

visita a instituições de patrimônio. A primeira pergunta era “quem já foi ao museu? ”, a grande maioria levantou a mão. A segunda, “quem já foi a biblioteca? ”, uma quantidade menor levantou a mão e a terceira questão era “quem já foi ao arquivo? ”, dos cinco grupos apenas uma pessoa havia visitado, a professora que acompanhava uma das turmas. Estas simples questões demonstram como os arquivos encontram-se ainda distantes da sociedade. Este desconhecimento das instituições e do serviço arquivístico expõe uma lacuna dos arquivos no cumprimento da sua função social.

O objetivo deste estudo é refletir sobre as ações educativas patrimoniais, a partir do seguinte questionamento: como a educação patrimonial pode ajudar a aproximar Arquivos e Sociedade? Para isso, como metodologia, realizamos um levantamento bibliográfico e documental, com o intuito de apresentar referenciais teóricos sobre o tema, buscando historicizar como iniciou a educação patrimonial no Brasil, considerando, em especial, o pioneirismo da Museologia no país com o tema e sua contribuição para os arquivos, convidando os leitores a uma reflexão sobre a relevância das práticas de difusão, com destaque à educativa, no contexto das instituições arquivísticas.

2 AÇÕES EDUCATIVAS PATRIMONIAIS

Freire (1996, p. 24) em “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”, descreve a ação educativa como um processo dialógico entre os participantes, que deve criar “possibilidades a sua produção ou sua construção”. Não é uma transferência de conhecimento, mas um processo que leva em consideração as particularidades dos participantes e a sua identidade cultural. É uma prática democrática, interdisciplinar, horizontal e promove um ambiente de troca. No qual, “o educando vai aprendendo, à custa de sua prática mesmo, que sua curiosidade, como a sua liberdade deve estar sujeita a limites, mas em permanente exercício. Limites eticamente assumidos por ele” (Freire, 1996, p. 82). Favorecendo a uma visão crítica em que os integrantes se percebam como sujeitos da sua história.

Tais práticas podem acontecer em diversos ambientes e com objetivos plurais, trataremos as ações pedagógicas que trabalham com patrimônio. Estas se apresentam em algumas vertentes, como: a educação patrimonial, educação para o patrimônio, educação com o patrimônio, educação museal e ações educativas nos arquivos.

As ações educativas patrimoniais iniciam-se de forma mais sistematizada na década de 30. No Brasil, tais práticas foram inauguradas pelos museus com a criação de um setor educativo no

Museu Nacional, idealizado por Roquette Pinto, em 1927 (Castro, 2018). O anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional apresentado por Mario de Andrade, em 1936, também previa a promoção de ações educativas. Mas, foi em 1958, com a realização do Seminário Regional da Unesco, uma parceria Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, instituição pertencente à Comissão Nacional de Folclore, com a Unesco Brasil, que a função educativa dos museus foi então debatida de forma ampla pela área. O evento privilegiava a relação do museu com o público escolar.

O primeiro seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, foi realizado em 1983, por Maria de Lourdes Parreira Horta, no Museu Imperial. Neste seminário ocorreu a “introdução no Brasil da expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra” (IPHAN, 2014, p. 13). Sua difusão foi ampliada com a publicação “Guia Básico de Educação Patrimonial”, editado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de autoria de Horta, Grunberg e Monteiro, em 1999. A educação patrimonial é apresentada como uma metodologia, pautada em etapas de observação, registro, exploração e apropriação. É considerado por alguns autores como a fundamentação teórica na temática, perspectiva questionada por Chagas (2006) e por Fernandes, Demarchi e Sciofini (2019).

A definição das autoras foi adotada pelo IPHAN por um período, entende-se educação patrimonial como:

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-o para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo **de criação cultural** (Horta; Grünberg; Monteiro, 1999, p.06, grifo do autor).

Para Grinspum (2000) as ações educativas patrimoniais apresentadas até então evidenciavam algumas lacunas, principalmente, quando aplicadas a museus de arte. A autora propõe um conceito que possa atender museus de qualquer natureza, ao sugerir o conceito de educação para o patrimônio como:

[...] formas de mediação que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de interpretar objetos de coleções dos museus, do ambiente natural ou edificado, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios com excelência e igualdade (Grinspum, 2000, p. 30).

A prática deve trabalhar com a interação de seus públicos e não públicos, ou seja, os frequentadores direcionados e o público espontâneo. Ações que promovam uma multiplicidade de interpretações e sentidos favorecendo assim a preservação e valorização do patrimônio.

Cabral (2004) chama atenção para a confluência de memória, patrimônio e educação, questionando o lugar do patrimônio na educação. Neste sentido, a autora propõe uma educação com o patrimônio, esta prática deveria considerar também a inclusão social e conter os seguintes objetivos:

- buscar trazer a sua ação o que o bem cultural pode oferecer para uma discussão a respeito da relação do indivíduo com a realidade;
- buscar a identificação de significados e sentidos, num contexto que é diferente para o educando, já que as percepções e identificações de significados e sentidos variam de acordo com as experiências passadas de cada um, vivenciadas dentro de seu contexto histórico-social;
- tratar o bem cultural propondo hipóteses sobre o que significa para o indivíduo, buscando um movimento de recriação e reinterpretção das informações, conceitos, significados e sentidos nele contidos.

Defendo que a educação com o patrimônio possa pensar em ter como metodologia a criação de uma narrativa que provoque o diálogo com o indivíduo, baseada nas experiências de ambos, respeitando suas histórias de vida, considerando o “educando” como sujeito histórico-social (Cabral, 2004, p.41, grifo nosso).

A proposta de Cabral se estrutura nas propostas de Paulo Freire e nas questões levantadas por Chagas (1998, 2001 *apud* Cabral, 2004). Apresentam uma prática dialógica considera tanto o educando como educador, pois estes possuem o “mesmo valor e o mesmo aporte” (Cabral, 2004, p. 40), envolvendo uma educação para cidadania.

O IPHAN, em 2014, publica “Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos”. Tal obra demonstra o percurso da educação patrimonial dentro da instituição e apresenta, então, uma nova conceituação, no qual

a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p.19).

Uma ação fruto de um trabalho coletivo, que respeita e considera os envolvidos em uma dimensão plural, com o foco no patrimônio cultural.

A portaria n. 137, de 28 de abril de 2016, trata das diretrizes de educação patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas de Memória, e apresenta uma definição quase idêntica à anterior, mas mais objetiva definindo educação patrimonial como

todos os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para sua preservação.

Parágrafo único. Os processos educativos devem primar pelo diálogo permanente entre os envolvidos e pela participação efetiva das comunidades (IPHAN, 2016, p.1).

Este conceito é o utilizado atualmente pela instituição, uma ação educativa com foco no patrimônio, coletiva e dialógica. Por meio desta portaria o IPHAN institucionaliza as ações de educação patrimonial, a ser aplicada, em especial, nas Casas de Memória.

Cabe ressaltar a portaria n. 375 que institui a Política de Patrimônio Material do Iphan (PPCM), aprovada em 19 de setembro de 2018. A educação patrimonial é apresentada como a primeira diretriz aplicável aos processos institucionais. De acordo com a portaria esta possui um “caráter transversal, deve contribuir para a construção participativa dos demais processo de preservação do patrimônio cultural material” (Brasil, 2018, p. 5). Para a PPCM a educação patrimonial colabora com os seguintes pontos:

A construção participativa e democrática do conhecimento; II. A criação de canais de interlocução com a sociedade; III. A participação efetiva da sociedade nos processos de preservação; IV. O respeito à diversidade cultural; V. A articulação institucional, e VI. A compreensão do papel do Estado e da PPCM.

A portaria n. 422, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) institui a Política Nacional de Educação Museal que tem como objetivo “à organização, ao desenvolvimento, ao fortalecimento e à fundamentação do campo da educação museal no Brasil” (IBRAM, 2018, p. 128). E é definida como

um conjunto de princípios e diretrizes que tem o objetivo de **nortear** a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, fortalecer a dimensão educativa em todos os setores do museu e **subsidiar** a atuação dos educadores. (IBRAM, 2018, p. 128, grifo nosso).

A educação museal, dentro da política é concebida como “um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade” (IBRAM, 2018, p. 128). Esta foi construída de forma coletiva e democrática, envolvendo principalmente os grupos de rede de educadores museais em vários estados da federação e outros profissionais da área. Este processo ocorreu ao longo de sete anos, 2010 a 2017, e teve mais de vinte e três encontros presenciais regionais e consultas virtuais. Um marco de suma importância para as práticas educativas nos museus.

Alguns autores questionam a disputa conceitual nas ações educativas patrimoniais, como Gonçalves (2014) e Scifioni (2017). Para as autoras há pontos não discutidos de forma estruturada até o momento, uma vez que não há um debate na área para constituição de um arcabouço conceitual fundamentador de um campo de reflexão.

3 AÇÕES/SERVIÇOS EDUCATIVOS NOS ARQUIVOS

Como uma outra via de ações educativas patrimoniais temos as ações educativas em arquivos. O uso dos arquivos em ações educativas data do meio do século XIX. Na Inglaterra o uso de documentos nas escolas foi recomendado em torno de 1850. Mas considera-se a ação do governo belga como o início das ações educativas em arquivos, quando, em 1880, o ministério solicita que as escolas organizem visitas aos arquivos do país. A França, em 1912, emite uma circular para que os estudantes universitários, futuros professores e potenciais usuários para o ensino da história, visitem os arquivos (Franz, 1986). O primeiro serviço educativo em arquivos inicia suas atividades em 1950, na França, sua ideia inicial era fornecer uma cooperação sistemática entre arquivista e educadores favorecendo o uso educacional das pesquisas nos arquivos (Franz, 1986). Em 1954, ações educativas e ensino foi o tema do Primeiro Congresso Internacional de Arquivos realizado em Paris (Pérez Herrero, 2006).

Os primeiros estudos sobre o assunto foram publicados nos anos 50, inaugurado por Tate (1949). O autor pondera sobre o uso dos arquivos em sala de aula e a importância dessa vivência, principalmente, no ensino das histórias locais, para o desenvolvimento dos alunos. Pernoud (1951) descreve sobre o uso das exposições nos arquivos e sua possibilidade de chegar a um público mais amplo considerando a perspectiva educativa da ação. Duchein e Pernoud (1955) descrevem a reunião presidida por Braibant, o então diretor do Arquivo Nacional da França, que avalia as ações dos serviços educativos, entre 1954-1955, e definiu novas práticas destacando a ausência de colaboração do departamento de educação. Cabe salientar, o texto de Taylor (1972). O autor faz uma crítica a experiência das exposições por considerá-las passiva, e sugere a educação por meio da vivência. No qual, os alunos seriam instigados a compreender os arquivos, formulando suas próprias perguntas e a chegarem as suas conclusões, o que ele intitula de “*learn how to learn*” (Taylor, 1972, p. 330).

Na década de 80, foi publicado o *International Journal of Archives*, do Conselho Internacional de Arquivos (ICA). Em sua primeira edição o editor chefe James O’Neil, no editorial da publicação, cita as sete áreas comuns na Arquivologia no mundo, são elas: “direction and planning, conservation, records management, buildings and equipment, automation, reprography and **education and training**” (O’Neil, 1980, p. 5, grifo nosso). Tais temáticas seriam contempladas na publicação por se tratarem de assuntos comuns no fazer arquivístico mundial. Chama a atenção o tema educação e ensino, onde educação abordaria as práticas realizadas nas instituições com viés pedagógico e o ensino, refere-se à capacitação das práticas arquivísticas. Ao verificar os artigos

contidos nesta edição destaca-se a publicação de Michel Cook “Teaching with Archives”. O artigo aborda as várias atividades exercidas no programa do Reino Unido, que atende crianças e adolescentes, e propõe uma interação entre os participantes e o acervo da instituição para que compreendam a importância do arquivo, das fontes primárias e desenvolvam habilidades de pesquisa. Essas atividades são consideradas ações educativas.

A Unesco cria nos anos 80 o programa *Records and Archives Management Programme* (RAMP). Com o objetivo realizar estudos, projetos e difundir as melhores práticas da área na época, visando a integração dos sistemas de informação nacionais, intitulado modelo UNISIST. O estudo *La administración moderna de archivos y la gestión de documentos: el prontuario RAMP*, de Walne (1985) continha a bibliografia básica pós anos 50 para as práticas arquivísticas e levou em consideração as funções arquivísticas, bem como, as novas tecnologias e a perspectiva internacional da área. Sendo assim, a seção IX era referente a exposições, serviços educativos e relações públicas e cinco artigos eram citados, entre eles o do Cook (1980). Em 1986, foi publicado um estudo RAMP específico sobre arquivos e educação, assinado por Franz. A publicação era descrita como um guia e foi dividido em nove seções. Como objetivo tem-se o ensino por meio dos arquivos, o autor considera a difusão como função arquivística e destaca a relevância do arquivo como patrimônio cultural. Ressalta também, a educação como um processo que perpassa por toda a vida. E reafirma a importância da aproximação do arquivo com o público escolar, sem perder de vista a adaptação das ações para todos os públicos. O guia descreve a estrutura necessária e o perfil da equipe de trabalho. Bem como sugere atividades a serem desenvolvidas pelas instituições. Estes estudos reafirmam as ações educativas nos arquivos como parte das funções arquivísticas como um ramo da difusão.

Na década de 90, no Brasil, Bellotto publica “Arquivos permanentes: tratamento documental”, primeira edição 1991, e o capítulo quatorze foi dedicado a “difusão editorial, cultural e educativa em arquivos”. A ação educativa em arquivo para autora é uma das vertentes da difusão, ou seja, a difusão é uma atividade integrante da gestão de documentos, ratificada pela visão de Rousseau e Couture (1998). Bellotto (2006) afirma que a difusão se divide em três tipos: editorial, cultural e educativa. A editorial refere-se as publicações da instituição. A ação cultural consiste em diversos projetos culturais, como exemplo exposições, efemérides, palestras, simpósios. E a ação educativa são atividades com viés pedagógico, não estão limitadas a parceira arquivo - escola, mas também contemplam o que a autora intitula de “educação popular”, pois propõe atender o cidadão e pode “desenvolver nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia” (Bellotto, 2006, p. 240). Esta ressalta ainda que os serviços de assistência

educativa são “inerentes aos arquivos públicos, mas afloram circunstancialmente” (Bellotto, 2006, p. 231). E estes devem ser norteados por uma política de ação educativa da instituição.

As publicações dos números 27 e 31 da Revista Ciências & Letras, nos anos 2000 e 2002 respectivamente, apresentaram debates importantes no campo do patrimônio, englobando a gestão cultural, pesquisa, arquivos, museus e a educação patrimonial. Na área dos arquivos destacamos os textos de Bellotto (2000) sobre o patrimônio documental e as ações educativas nos arquivos. Lopes (2002) reflete o lugar dos arquivos na cultura brasileira. Luporini (2002) exemplifica os mais diversos suportes documentais e de que formas estes podem ser utilizados nas práticas de educação patrimonial. E Bellotto (2002) demonstra as relações da sociedade com o arquivo.

Em 2011 aconteceu a I Conferência Nacional de Arquivos que contou com mais de 450 participantes das cinco macrorregiões do país para debater estratégias e ações para subsidiar uma política pública para área. Foi reunido um comitê para sua realização, dividiram as temáticas em seis eixos, que passou por consulta pública. Uma comissão organizadora foi instituída para orquestrar todo processo foi subdividida em três grupos de trabalho, os temas passaram por etapas de consulta regional, nacional e plenárias nacionais para sua aprovação. A metodologia foi aprovada pelos participantes. Uma construção plural e democrática. Após aprovada não foi possível observar sua implementação, uma reivindicação constante da área ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Dentro desse contexto evidenciamos a proposta três do eixo “acesso aos arquivos, informação e cidadania”, que versa sobre

Promover os arquivos públicos como espaços de conhecimento e cidadania por meio de: criação e implementação de serviços de difusão, educativos e culturais como um canal de diálogo com a sociedade e mudança de paradigma da imagem dos arquivos [...]. (Brasil, 2012, p. 45).

Tal proposta ratifica que há um entendimento da área sobre a necessidade de mudança nos arquivos, mas tais ações não são evidenciadas em grandes escalas. Identificamos em algumas instituições, em grande parte, atividades pontuais nesse sentido.

Archival pedagogy foi a proposta de Aldabalde (2012), definida por ele como “explorar o valor informativo dos arquivos utilizando os mesmos para fins didáticos com o método de aprendizagem associativa a outras metodologias educativas” (Aldabalde, 2012, p. 198). Neste artigo o autor faz um breve panorama da área, no Brasil, sugere uma lista de bibliografias para os que desejam aprofundar no tema e apresenta três lacunas, são elas: 1) ausência de literatura nacional, e uma predominância de publicações de Bellotto; 2) a inexistência de capacitação sobre

o tema, seja em disciplinas na graduação de Arquivologia ou em cursos específicos; 3) a falta de eventos sobre a temática.

Outra publicação que se destaca sobre a temática é a Revista *Acervo*, volume 26, 2012, intitulada “difusão cultural em arquivos”. Esta possui quatro artigos que perpassam pelo diálogo da difusão educativa e cultural. Entre os trabalhos apresentados na revista, destacamos Cabral e Pegeon. Cabral (2012) reafirma o arquivo como fonte de difusão cultural e educativa, salientando o trabalho de Henriques (2011 *apud* Cabral, 2012) sobre a importância de uma política institucional para o sucesso das atividades realizadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal, ao afirmar “o programa educativo faz parte da política institucional [...] como chave para melhoria da qualidade do ensino e a difusão cultural propiciada pela instituição arquivística” (Cabral, 2012, p. 39). Pegeon (2012) ressalta a disciplina ministrada pelo Arquivo Nacional da França, intitulada de “Arquivo”, no qual os alunos do liceu têm contato direto com o acervo em diversas perspectivas. A disciplina é transdisciplinar e trabalha nas convergências entre as ciências humanas e experimentais.

No âmbito do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) como desdobramento do Plano Nacional de Cultura (PNC), o Colegiado Setorial de Arquivos (CSA) foi instituído, em 2011. O CSA foi eleito democraticamente, com mandatos de dois anos, cinco representantes do poder público e quinze da sociedade civil, mais os suplentes. O Colegiado visava atender a ação 2.21 e a meta 46 do PNC, para formulação de políticas específicas, em dezenove setores culturais. As políticas deveriam ser baseadas em processos de consulta e participação da sociedade. O CSA teve reuniões entre 2011 e 2016 e possuía regimento interno. O Plano Setorial de Arquivos (PSA) foi aprovado em 2016 com vigência até 2026.

Ao analisarmos sob a perspectiva das ações educativas foi possível identificar que estas foram consideradas por todo o documento. O PSA tem três eixos, destacamos o eixo dois do plano intitulado de “arquivos, cidadania, diversidade e direitos culturais”, que contempla quatro objetivos e dez metas. Em sua justificativa evidenciam a importância cultural dos arquivos, sua garantia constitucional no art. 216, a defesa da sociedade e seu uso exercício da cidadania e afirmam:

[...] **para produzir uma consciência social que conceba esses documentos como patrimônio nacional**, faz-se necessário ampliar o número de usuários e visitantes nessas instituições. **A difusão cultural e a educação patrimonial são mecanismos que promovem a integração e a interação arquivo-escola, arquivo-comunidade**[...] (Brasil, 2016, p. 11, grifo nosso).

Neste contexto, foram definidos quatro objetivos, onze metas e 11 ações. Destas o objetivo três visa “**promover ações de educação patrimonial** por meio da integração das instituições

arquivísticas e centros de memória e documentação com escolas e grupos comunitários” (Brasil, 2016, p. 15, grifo nosso). Como meta estipula a criação de programas com ênfase no público escolar em pelo menos 50% das instituições. Dentre as estratégias temos a 3.1 que propõe o desenvolvimento de uma política nacional de educação patrimonial em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação, integrando MinC, MEC e demais ministérios nas três esferas. A 3.2 “estimular a presença de profissionais de educação patrimonial nas instituições arquivísticas e centros de memória e documentação” (Brasil, 2016, p.16). E o 3.3 “criar iniciativas integradas de capacitação de profissionais de arquivo com foco em ações educativas” (idem.). Como ações temos: a promoção publicitária da relevância do arquivo para cultura e cidadania; criação de programas de educação patrimonial institucionalizados e com dotação orçamentária; criação de redes para interação de profissionais, interessados e sociedade civil, com estímulo a democratização de pesquisa e do conhecimento produzido; cooperação técnica e intercâmbio com instituições de ensino superior; formação dos profissionais e criação de disciplinas nas grades curriculares.

Com a mudança de governo em 2016 e o governo eleito em 2018, as ações do PNC foram desaceleradas e sua vigência estendida até dezembro de 2022. O MinC foi extinto e se tornou uma secretária especial dentro do Ministério do Turismo. O que dificultou a implementação das propostas do PSA e do PNC. Não foi possível a execução do PSA, como principal fruto do plano temos a Semana Nacional de Arquivos que em 2021 realizou sua quinta edição, com apoio do Arquivo Nacional.

Dentro do VII Congresso Nacional de Arquivologia, realizado em Fortaleza, entre os dias 17 e 21 de outubro de 2016, aconteceu o I Simpósio de Arquivos & Educação, no país. As responsáveis pela organização do evento foram as professoras Dra. Ivana Parrela ECI/UFMG e Dra. Adriana Koyama FE/Unicamp, coordenadoras do grupo de pesquisa “Arquivos, Educação e Práticas de Memória: diálogos transversais”, no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde então o evento acontece anualmente, quatro livros foram publicados com os trabalhos apresentados, perfazendo um total de quarenta e oito artigos, entre 2016 e 2019. Em 2020 o evento aconteceu pela primeira vez totalmente virtual, em função do período pandêmico. Salientamos que as interseções entre arquivo e educação são plurais, neste sentido os trabalhos apresentados no simpósio não se restringem as ações educativas em instituições arquivísticas. Em 2019, para reforçar esta temática, é criado o grupo de pesquisa "Educação em Arquivos: experiências e contexto plurais" a - UNIRIO/CNPq –EducAr, coordenado pela Dra. Priscila Ribeiro Gomes. O qual no mesmo ano realizou o I Seminário Educação e Arquivos: experiências

arquivísticas no contexto educacional, na UNIRIO, como forma de registrar o início de suas atividades.

Cabe ressaltarmos dois artigos recentes, de 2021, dos autores Venâncio e Parrela. As publicações fazem parte da obra “Fazendo História Pública” de Schmidt e Malerba. Os organizadores trazem diversas perspectivas práticas possíveis na construção da história pública, dentre as vertentes apresentadas o arquivo foi destacado, pois os “profissionais da pesquisa histórica tendem a tomar os arquivos como lugares da produção de sentido sobre o passado. Mas arquivos podem ser e são, mais que isso, **lugares de interações diversas e intensas com o público**” (Schmidt; Malerba, 2021, p. 13, grifo nosso). E são essas interações que Venâncio e Parrela nos convidam a refletir. O trabalho de Venâncio (2021) chama atenção para o projeto desenvolvido pelo Arquivo Nacional Americano intitulado *Citizen Archivist Program*. O programa disponibiliza algumas ferramentas para que os usuários auxiliem a instituição no tratamento do seu acervo, em especial, o textual. A participação da social pode ser uma via para se ter o reconhecimento da relevância dos arquivos para sociedade. Parrela (2021) instiga a pensarmos sobre a função de difusão das instituições arquivísticas e a possibilidade das ações educativas. Neste sentido, a autora convida o historiador a rever o uso dos arquivos para além das fontes, questionando-as, discutindo sua relevância para a construção de identidades culturais e memórias coletivas. Enfatizando que o arquivo não contém o debate, mas fornece subsídios para debater e tentar compreender o tempo presente, considerando a vivência e interesse de cada cidadão.

Apesar do simpósio e dos grupos de pesquisa, Courchesne (1999), Aldabalde (2012), Patricio (2016), Jaccoud (2018), Mukwevho (2018), e Vidal e Alvim (2019) chamam atenção para ausência de uma literatura ampla sobre arquivos e educação. Foi possível observar, até então, que há uma literatura que foca na difusão de práticas e uma ausência da discussão teórica do que vem a ser ações educativas em arquivos. Courchesne (1999) destaca os estudos sobre práticas educativas nos arquivos, no qual estes se dividem em duas linhas os autores que as entendem como a relação arquivo-escola, no início do caso francês por exemplo. E há autores que compreendem a ação educativa como integrante das ações culturais, tendência na América do Norte e em alguns países europeus. E outros autores mesclam entre as duas possibilidades. A autora ainda destaca a existência de um consenso das ações educativas como uma função arquivística. Ponto possível de ser confirmado uma vez que dois estudos RAMP e o editorial da *International Journal of Archives*, do Conselho Internacional de Arquivos, contemplam também esta perspectiva.

Ao analisarmos as definições existentes foi possível identificar que a ação educativa em arquivos é definida no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE) como serviço

educativo um “conjunto de atividades pedagógicas realizadas com o objetivo de divulgar o acervo e iniciar o público na sua utilização. 2 Unidade administrativa encarregada do serviço de referência” (Arquivo Nacional, 2005, p. 154).

O Dicionário de Terminologia Arquivística de Camargo e Bellotto (1996, p.69) define serviço educativo como “modalidade de serviço de apoio cultural que visa iniciar o público escolar na utilização do arquivo. Termos equivalentes: educational service (I); service éducatif (F); departamento de referencia y difusión (E) ”.

No *Multilingual Archival Terminology*, do Conselho Internacional de Arquivos, os termos “educational service”, “service éducatif”, “action éducative”, “serviço educativo”, “ação educativa”, “departamento de referencia y difusión” não foram localizados. O termo “education” consta na descrição do termo “conservation” ao designar o profissional da preservação (International Council on Archives, 2020, [não paginado]).

As definições nacionais variam entre as duas vertentes apontadas por Courchesne (1999). E a inexistência de um conceito no dicionário do ICA demonstram uma lacuna na área que precisa ser melhor discutida.

Ao refletir sobre a relação arquivo e sociedade, Bellotto (2017) destaca as políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação como uma via de se chegar à sociedade. Ressalta, também, os programas e estudos sobre educação patrimonial realizados pelos museus e sugere “que os arquivos podem passar a alinhar-se, utilizando metodologias semelhantes para alcançar um objetivo que, afinal, é o mesmo dos museus: o contato entre cidadão – o atual e o futuro – e sua herança cultural” (Bellotto, 2017, p. 141). Courchesne (1999) realizou uma pesquisa sobre as interseções entre ações educativas nos arquivos e nos museus. O primeiro ponto evidenciado pela autora refere-se a diferença entre as duas áreas no entendimento da educação nas suas funções, no qual, os museus o compreendem como missão da instituição, nos arquivos o papel educativo é extrínseco. O segundo tange sobre as distintas estratégias para desenvolvimento de ações de difusão, nos arquivos há a necessidade de mediação dos instrumentos de pesquisa, pois nem sempre são compreendidos, nos museus não. A terceira diz respeito ao desenvolvimento teórico e prático das ações educativas que foi realizado pela museologia e na arquivologia não foi identificado. Por último a diferença do objeto, no arquivo é a informação orgânica registrada, enquanto, nos museus são coleções de objetos em sua maioria tridimensionais. Para Courchesne (1999) nenhum destes pontos são fatores que excluem o uso do método educacional dos museus, pelo contrário, cabe aos arquivistas considerando as particularidades do objeto arquivístico, trabalhar em prol de identificar as possibilidades de atuação diante das práticas estudadas e

comprovadas da museologia. Bem como, promover o debate para uma conceituação real do termo. Visto que existe uma relação de complementariedade entre as áreas.

Entendemos assim, que existe uma possibilidade de diálogo entre a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) e os arquivos, desde que considerando as particularidades de cada instituição, reafirmando as convergências entre arquivos e museus. Refletindo de forma ampliada as ações educativas patrimoniais e como os arquivos podem consolidar e sistematizar tais práticas. Considerando a importância da institucionalização dos serviços educativos na estrutura organizacional da instituição arquivística.

4 POSSIBILIDADES E METODOLOGIAS DE APRENDIZAGEM ADOTADAS PELAS AÇÕES EDUCATIVAS PATRIMONIAIS

São várias as possibilidades e metodologias voltadas para a aprendizagem com o patrimônio. Por isso, este estudo não tem como objetivo sugerir qual seria a melhor, mas sim apontar, dentre o rol de discussões sobre o assunto, as possibilidades que vêm sendo refletidas como propostas de trabalho. Lembrando, conforme ressalta Gomes e Monteiro (p.72, 2016) que:

O patrimônio não é constituído com fins didáticos; o trabalho do educador exigirá o domínio de metodologias adequadas para que possa selecionar e utilizar de modo apropriado as diferentes fontes possíveis para subsidiar o trabalho, dentro e fora de sala de aula, o que fará com que os conhecimentos do educador se ampliem, além da necessidade do trabalho interdisciplinar, como o do arquivista.

Deste modo, cabe salientar que dentro das ações educativas patrimoniais foi levantando um debate mais aprofundado de como a educação pode auxiliar na fundamentação dessas práticas. A educação museal, por exemplo, utiliza o método Paulo Freire, também adotado por Cabral (2004). Para Freire (1996) a educação é um processo dialógico entre educando e educador. “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou sua construção” (Freire, 1996, p. 47). É um ato de reconhecer que cada sujeito é protagonista do seu processo de aprendizagem e por meio da educação se adquire a liberdade.

Vygotsky foi o autor utilizado para definição atual do IPHAN, em especial, pela dimensão social da aprendizagem e da mediação. Souberman (1991, p. 83) destaca que Vygotsky

apresenta uma argumentação elaborada demonstrando que a linguagem, o próprio meio através do qual a reflexão e a elaboração da experiência ocorrem, é um processo extremamente pessoal e, ao mesmo tempo, um processo profundamente social. Ele vê a relação entre o indivíduo e a sociedade como um processo dialético que, tal como um rio e seus afluentes, combina e separa os diferentes elementos da vida humana. Não se trata, portanto, para Vygotsky, de uma polarização cristalizada.

A educação para as sensibilidades apresentada por Adriana Koyama (2015) nas ações educativas nos arquivos trabalha a partir das perspectivas de Walter Benjamin. Benjamin (1985) crítica a ideia de progresso como uma marcha evolutiva assertiva, pois esta tem como resultado a história universal positivista. O autor sugere que a história se faz em confluência com o presente, permeada por questões antagônicas e estas “leituras” devem ser feitas sempre a contrapelo. A partir disso a autora sugere ações que estimulem essas novas visões da história, uma vez, que, as atividades até então apresentadas nos arquivos, em sua maioria são receptivas. Koyama (2015) ressalta que as práticas de educação em arquivos devem trabalhar os dois tempos o passado e o presente, com contato direto com a fonte primária, estimulando os participantes a se apropriar do arquivo e assim gerar suas compreensões. Pois os participantes da experiência são sujeitos de memória dotados de objetividades e subjetividades.

Além dos autores apresentados, temos a proposta de Morin (2004) um pensador contemporâneo, que apresenta o pensamento complexo. As contribuições de Morin emergem da crítica a fragmentação da cultura científica e sua superespecialização em dicotomia com a cultura das humanidades. Para o autor, o pensamento complexo é dotado de três princípios, o dialógico, o recursivo e o hologramático. É dialógico porque pensamentos contrários podem ser integrados, “o autor não defende a ideia de dualidade, mas a uni dualidade, ou seja, o homem é ao mesmo tempo biológico e cultural” (Souza; Enes, 2018, p. 6). Recursivo, pois o considera como um ciclo, no qual não há somente um sujeito que pratica a ação, mas “há um sujeito que ao mesmo tempo sofre esta ação” (Souza; Enes, 2018, p. 7). E hologramático ao considerar “tanto as partes estão no todo, quanto o todo está nas partes” (Souza; Enes, 2018, p. 7). Esse pensamento transdisciplinar demonstra como se pode unificar sem perder a individualidade, sem desconsiderar o contexto. Tal proposta dialoga com os arquivos e as ações educativas, uma vez, que, o arquivo no seu todo contém documentos singulares e sua reflexão não deve ser desvinculada. As ações educativas nos arquivos devem considerar a particularidade do objeto arquivístico e a individualidade da experiência dos participantes, sem perder de vista a dimensão histórico-social a qual o sujeito/participante está vinculado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cientes da importância do debate e da profundidade da temática, este estudo buscou apresentar como resultado, uma revisão de literatura sobre educação patrimonial, de museus e arquivos, pontuando as convergências possíveis das áreas. Alertando para os arquivos a

necessidade de mais diálogos sobre a temática da difusão, com enfoque nas metodologias das ações educativas patrimoniais, considerando o Arquivo um lócus para a efetivação dessas ações, buscando enfatizar metodologias ampliando os aspectos relacionados à justiça social, democracia e cidadania.

As ações educativas nos arquivos são práticas com viés pedagógico e visam gerar no participante uma sensação de pertencimento, compreensão do que vem a ser o arquivo e sua importância, bem como questões de cidadania. Possui algumas possibilidades como: a educação para sensibilidade e educação patrimonial. É neste espaço tão plural que o arquivo e as ações educativas aparecem como uma vertente para fortalecer e expandir a relação arquivo-sociedade.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, Taiguara Villela. Arquivologia e Pedagogia Arquivística: bases para uma habilitação que ensine o arquivista a educar. *In*: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciência & Letra**, Porto Alegre, n.27, p. 151-166, jan. /jun. 2000.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Documento de arquivo e sociedade. **Ciência & Letra**, Porto Alegre, n.31, p. 167-176, jan. /jun. 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivo e Sociedade: Políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. *In*: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I. Magia e técnica. Arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural. Colegiado Setorial de Arquivos. **Plano Setorial de Arquivos (2016-2026)**. Brasília, DF. Disponível em <http://arquivos.cnpc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2016/05/Vers%C3%A3o-Final-Aprovada-do-Plano-Setorial-de-Arquivos-maio-de-2016-1.pdf>. Acesso em 15 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN. Portaria 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. **Diário Oficial da União**, seção 1, n. 81, p. 06, 29 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, edição 182, seção 1, p. 7-11, 20 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. Portaria n. 422, de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal-PNEM e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, edição 238, seção 1, p. 1-5, 13 dez. 2017.

BRASIL. **Relatório da I Conferência Nacional de Arquivos**. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em: <http://conarq.gov.br/publicacoes-2.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

CABRAL, Magaly. Memória, Patrimônio e Educação. **Resgate**, Campinas, SP, n. 13, p. 35-42, 2004.

CABRAL, Rosimeire Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p. 35-44, jan. /jun.2012.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CARNEIRO, Tarsila Mancebo; GOMES, Priscila Ribeiro; PINTO, Luíza Angélica Lisboa. Educação patrimonial: conversando sobre patrimônio e cidadania no Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro. In: **Simpósio temático Arquivos & Educação**, 2016, Fortaleza. Arquivo e educação: experiências e pesquisas brasileiras em diálogo [recurso eletrônico]. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2016. v. 1.

CASTRO, Fernanda Rabello de. **Construindo o campo da educação museal: um passeio pelas políticas públicas de museus no Brasil e em Portugal**. 2018. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Revista Eletrônica do Iphan**, Brasília, DF, n. 3, fev. 2006.

CHAGAS, Mário. O seminário regional da Unesco sobre função educativa dos museus (1958): sessenta anos depois. In: CHAGAS, Mário; RODRIGUES, Marcus Macri. **A função educacional dos museus: 60 anos do Seminário Regional da Unesco**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019.

COOK, Michael G. Teaching with Archives. **International Journal of Archives**. Paris, v. 1, n.1, p. 25-36, 1980.

COURCHESNE, Marie-Josée. L'action éducative en archivistique et em muséologie. **Archives**, v. 30, n. 2, p. 3-28, 1998-1999.

DUCHEIN, Michel; PERNOUD, Régine. Les services éducatifs aux archives. **La Gazette des archives**, n. 17, p. 21-28, 1955.

FERNANDES, Gabriel de Andrade; DEMARCHI, João Lorandi; SCIFONI, Simone. Apresentação. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27 especial, Dossiê Educação Patrimonial, p. 7-13, jan. /jul. 2019.

FRANZ, Eckhart G. **Archives and Education: a RAMP study with guidelines**. Paris: Unesco, 1986.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, p. 1 -11, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Priscila Ribeiro; MONTEIRO, Magno. Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.10, p.61-80, 2016.

GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. **Mouseion**, Canoas, n. 18, p. 83-97, dez. 2014.

GRINSPUM, Denise. **Educação para o patrimônio: Museu de Arte e escola. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos**. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

HOBBSAWN, Eric Ernest. **A era das revoluções -1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRÜNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos**. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em 10 jan. 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Dictionary of Archival Terminology**. 3. ed. 1999. Disponível em <http://www.staff.uni-marburg.de/~mennehar/datii/engterm.html>. Acesso em 06 nov. 2020.

JACCOUD. Leandro de Abreu Souza. **A educação patrimonial com/nos arquivos e o uso de jogos cooperativos on-line: monitoramento e avaliação do módulo educativo do sítio Escravidão, abolição e pós-abolição**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2018.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

LOPES, Luís Carlos. O lugar dos arquivos na cultura brasileira. **Ciência & Letra**, Porto Alegre, n.31, p. 177-186, jan./jun. 2002.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação patrimonial: projetos para educação básica. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 325-338, jan./jun. 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004.

MUKWEVHO, Jonathan. Educational programs as an interactive tool for public engagement by public archives repositories in South Africa. **Archives and Manuscripts**, Austrália, v. 46, n. 3, p. 309-329, 2018.

O'NEIL, James E. Editor-in-Chief's Comments. **International Journal of Archives**. Paris, FR: International Council on Archives, v. 1, n.1, p. 5-6, 1980.

PARRELA, Ivana. Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, p. 104 -116, 2013.

PARRELA, Ivana Denise. História pública e a função de difusão nos arquivos. *In*: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Fazendo História Pública**. Vitória: Milfontes, 2021, p. 151-168.

PATRICIO, Sandra. Os serviços educativos e os arquivos. *In*: **Jornadas Ibero-Americanas Jornadas de Arquivos Municipais**. 2016. Disponível em https://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/foto/editor2/eventos/jornadas/iberoamericanas/ams_sandrapatricio.pdf. Acesso em 15 de abr. 2020.

PEGEON, Annick. Uma experiencia pedagógica em Arquivos: A disciplina "Arquivo" dos Archives nationales da França. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p. 89-102, jan./jun.2012.

PÉREZ HERRERO, Enrique. Las funciones conservadpra, cultural, educativa y de ocio de los archivos. **Vegueta**, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Facultad de Geografía e Historia, n. 9, p. 41-62, 2006.

PERNOUD, Régine. Les archives et les expositions. **La Gazette des archives**, n. 10, p. 19-25, 1951.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, C. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Portugal: Dom Quixote, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir. Apresentação. *In*: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Fazendo História Pública**. Vitória: Milfontes, 2021, p. 7-16.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 5 – 16, jan. /mar. 2017.

SOUBERMAN, Vera John-Steiner e Ellen. Posfácio. *In*: VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. 4. ed, São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317737/mod_resource/content/1/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf. Acesso 15 out. 2020.

SOUZA, Antônio Enivaldo Honório de; ENES, Cristina Ferreira. Contribuição do pensamento complexo de Edgar Morin para a educação. *In: Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão* (CEDUCE), 5., Niterói: UFF, 2018.

TAYLOR, Hugh A. Clio in the raw: archival materials and the teaching of history. *The American Archivist*, n. 35, p. 317- 330, 1972.

TATE, W.E. The use of archives in education. *Archives*, v.1, n.1, p. 20-28, 1949.

VENÂNCIO, Renato. Cidadão arquivista: arquivos públicos, internet e história pública. *In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (orgs.). Fazendo História Pública*. Vitória: Milfontes, 2021, p. 139-150.

VIDAL, Alexandra; ALVIM, Luísa. Os serviços educativos nos arquivos municipais portugueses e a memória locais. *In: Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, 13., 2019. Disponível em <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/download/1975/1777>. Acesso em 15 jun. 2020.

WALNE, Peter. *La administración Moderna de Archivos y la Gestión de Documentos: El Prontuario RAMP*. Paris: Unesco, 1985.

NOTAS DE AUTORIA

Luíza Angélica Lisboa Pinto

Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018) e graduação em Relações Internacionais pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (2005). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa "Educação em Arquivos: experiências e contexto plurais" - UniRio/CNPq. Atualmente cursando mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Atuando principalmente nos seguintes temas: arquivos, instituições arquivísticas, ações educativas, educação patrimonial, difusão, memória, patrimônio, políticas públicas, acesso à informação, acervos digitais e relações internacionais.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/2588162791350591>

Priscila Ribeiro Gomes

Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2005), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2008), especialização em planejamento, implementação e gestão em Educação a distância pela Universidade Federal Fluminense (2012), doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2013). Professora Associada do Departamento de Arquivologia (Unirio). Tem experiência nas áreas de Educação e Arquivologia. Áreas de interesse: Arquivologia, Educação de jovens e adultos, educação no contexto de privação de liberdade, currículo, EaD, Educação em/para o patrimônio, arquivos escolares, estudos da memória, ações educativas em arquivos.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/6909041872447917>